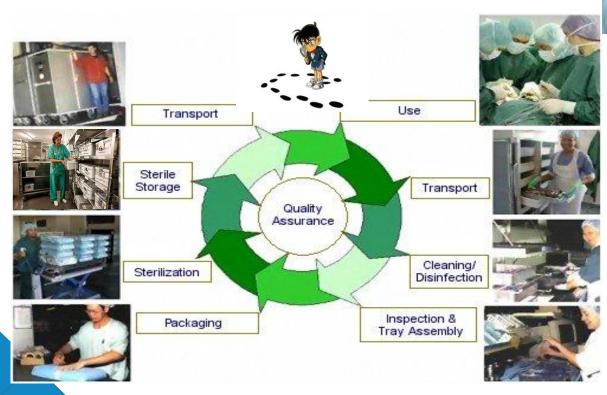


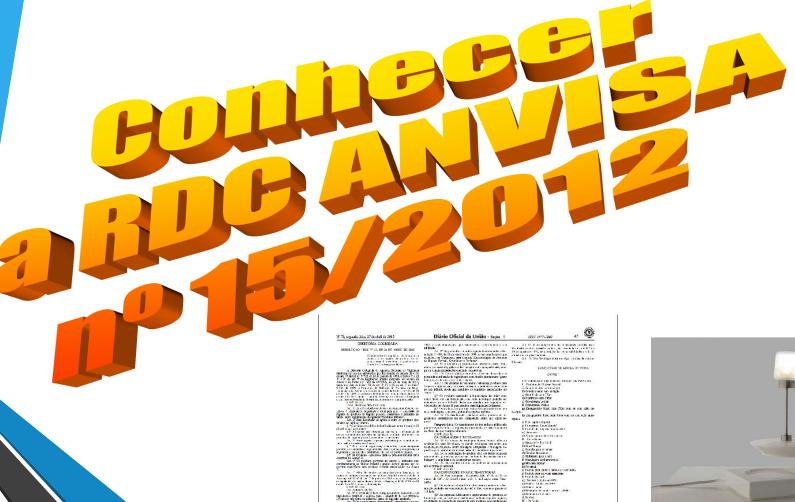
# II SIMPÓSIO BORINI – BOAS PRÁTICAS EM CENTRO DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO " Os 20 desafios para segurança dos processos na CME"



Prof<sup>a</sup> Dra. Kazuko Uchikawa Graziano Professora Titular Sénior do Departamento ENC Escola de Enfermagem da USP Coordenadora Pedagógica do Curso MBA/CME – INESP

### Apresentação e declaração

- Enfermeira, Mestre e Doutora pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-EEUSP
- Enfermeira assistencial em UTI Neurocirúrgica e Cardiológica (1974 a 1984).
- Pesquisadora docente do Depto de Enfermagem Médico Cirúrgica da EEUSP, desde 1986; atualmente Titular Sênior.
- Líder do sub grupo de pesquisa Central de Material e Esterilização do GRUPO "Políticas públicas, epidemiologia e tecnologias para prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde PETIRAS", cadastrado no CNPq".
- Coordenadora pedagógica do Curso MBA em Centro de Material e Esterilização INESP.
- Sem vínculos profissionais ou pessoais com indústria de equipamentos e de produtos para Central de Material e Esterilização que possam gerar conflitos de interesses.



Separation for a baseline of the Park (FEE) of t

Description for the Part of the American Conference of the American Confere



## Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

19/03/2014

Art. 112 Os serviços de saúde e as empresas processadoras abrangidos por esta Resolução terão o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua publicação para promover as adequações necessárias a este Regulamento Técnico.









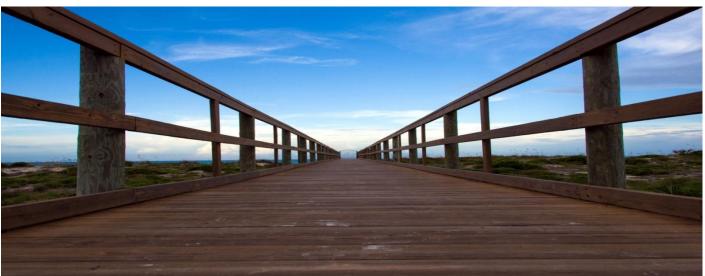
## TÉCNICO RESPONSÁVEL: COMPETENTE NO ASSUNTO CME (CONHECIMENTOS/PROCEDIMENTOS/ATITUDES)

Art. 28 O CME e a empresa processadora devem possuir um Profissional Responsável de nível superior, para a coordenação de todas as atividades relacionadas ao processamento de produtos para a saúde, de acordo com competências profissionais definidas em legislação especifica.

Parágrafo único. O responsável pelo CME Classe II deve atuar exclusivamente nesta unidade durante sua jornada de trabalho.

RESOLUÇÃO COFEN Nº 424/2012: Normatiza as atribuições dos profissionais de enfermagem em Centro de Material e Esterilização (CME) e em empresas processadoras de produto para saúde.





#### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM RESOLUÇÃO No 424, DE 19 DE ABRIL DE 2012

Normatiza as atribuições dos profissionais de Enfermagem em Centro de Material e Esterilização e em empresas processadoras de produtos para saúde.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução

Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e no Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que a

regulamenta;

CONSIDERANDO os termos da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), RDC nº 15, de 15 de março de 2012, que aprova o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito nacional, as atribuições dos membros da equipe de Enfermagem em Centros de Material e Esterilização, ou em empresas processadoras de produtos para saúde; e,

CONSIDERANDO tudo o mais que consta nos autos do PAD/Cofen nº 510/2010 e a deliberação do Plenário do Cofen em sua 414ª Reunião Ordinária; resolve:

Art. 1º Cabe aos Enfermeiros Coordenadores, Chefes ou Responsáveis por Centro de Material e Esterilização (CME), ou por empresa processadora de produtos para saúde:

- I Planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar todas as etapas relacionadas ao processamento de produtos para saúde: recepção, limpeza, secagem, avaliação da integridade e da funcionalidade, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição para as unidades consumidoras;
- II Participar da elaboração de Protocolo Operacional Padrão (POP) para as etapas do processamento de produtos para saúde, com base em referencial científico atualizado e normatização pertinente. Os Protocolos devem ser amplamente divulgados e estar disponíveis para consulta;
- III Participar da elaboração de sistema de registro (manual ou informatizado) da execução, monitoramento e controle das etapas de limpeza e desinfecção ou esterilização, bem como da manutenção e monitoramento dos equipamentos em uso no CME;
- IV Propor e utilizar indicadores de controle de qualidade do processamento de produtos para saúde, sob sua responsabilidade;
- V Avaliar a qualidade dos produtos fornecidos por empresa processadora terceirizada, quando for o caso, de acordo com critérios preestabelecidos;
- VI Acompanhar e documentar, sistematicamente, as visitas técnicas de qualificação da operação e do desempenho de equipamentos do CME, ou da empresa processadora de produtos para saúde;
- VII Definir critérios de utilização de materiais que não pertençam ao serviço de saúde, tais como prazo de entrada no CME, antes da utilização; necessidade, ou não, de reprocessamento, entre

outros;

- VIII Participar das ações de prevenção e controle de eventos adversos no serviço de saúde, incluindo o controle de infecção;
- IX Garantir a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de acordo com o ambiente de trabalho do CME, ou da empresa processadora de produtos para saúde;
- X Participar do dimensionamento e da definição da qualificação necessária aos profissionais para atuação no CME, ou na empresa processadora de produtos para saúde;
- XI Promover capacitação, educação permanente e avaliação de desempenho dos profissionais que atuam no CME, ou na empresa processadora de produtos para saúde;
- XII Orientar e supervisionar as unidades usuárias dos produtos para saúde, quanto ao transporte e armazenamento dos mesmos;
- XIII Elaborar termo de referência, ou emitir parecer técnico relativo à aquisição de produtos para saúde, equipamentos e insumos a serem utilizados no CME, ou na empresa processadora de produtos para saúde;
- XIV Atualizar-se, continuamente, sobre as inovações tecnológicas relacionadas ao processamento de produtos para saúde.
- Art. 2º Os Técnicos e Auxiliares de Enfermagem que atuam em CME, ou em empresas processadoras de produtos para saúde, realizam as atividades previstas nos POPs, sob orientação e supervisão do Enfermeiro.
- Art. 3º Cabe aos Conselhos Regionais adotar as medidas necessárias ao cumprimento desta Resolução.
- Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA Presidente do Conselho GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE Primeiro-Secretário



#### Alerta da RDC ANVISA 15/2012 Comitê de Processamento de Produtos para Saúde - CPPS

Art. 8° O serviço de saúde que realize mais de quinhentas cirurgias/mês, excluindo partos, deve constituir um Comitê de Processamento de Produtos para Saúde - CPPS, composto minimamente, por um representante:

- > I da diretoria do serviço de saúde;
- ► II responsável pelo CME;
- ► III do serviço de enfermagem;
- ► IV da equipe médica;





- I Definir os produtos para saúde a serem processados no CME ou que devem ser encaminhados a serviços terceirizados contratados;
- II Participar da especificação para a aquisição de produtos para saúde, equipamentos e insumos a serem utilizados no processamento de produtos para saúde;
- III Participar da especificação para a aquisição de produtos para saúde a serem processados pelo CME;
- IV Estabelecer critérios de avaliação das empresas processadoras terceirizadas, para a contratação desses serviços e proceder a sua avaliação sempre que julgar necessário;
- V Analisar e aprovar os indicadores para o controle de qualidade do processamento dos produtos propostos pelo responsável pelo CME;
  - VI Manter registros das reuniões realizadas e decisões tomadas.

Parágrafo único. Quando o serviço de saúde não se enquadrar na condição estabelecida no caput do Art. 8º as competências do comitê de processamento ficam atribuídas ao Profissional Responsável pelo CME.



#### **PROCESSAMENTO:**



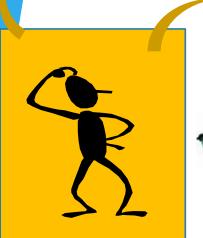
#### **CENTRALIZADO**



(Obrigatórios para os PPS críticos no CME)

#### PARCIALMENTE CENTRALIZADO

(Situações excepcionais e bem controladas)



#### **DESCENTRALIZADO**

(Unidades Satélites)











# Responsabilidade pelas unidades satélites

**RDC ANVISA 15/2012** 

Seção III Art. 4º

XXIX - unidades satélites: são unidades dos serviços de saúde que realizam uma ou mais etapas do processamento de produtos para saúde, localizadas fora da estrutura física do CME e subordinadas a este em relação aos procedimentos operacionais. RESPONSABILIDADE PELO PROCESSAMENTO NOS SERVIÇOS DE ENDOSCOPIA... HEMODIÁLISE... HEMODINÂMICA... UTI... PS... UI!





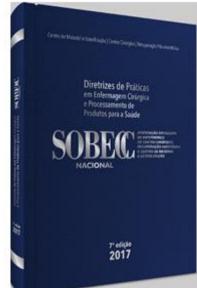








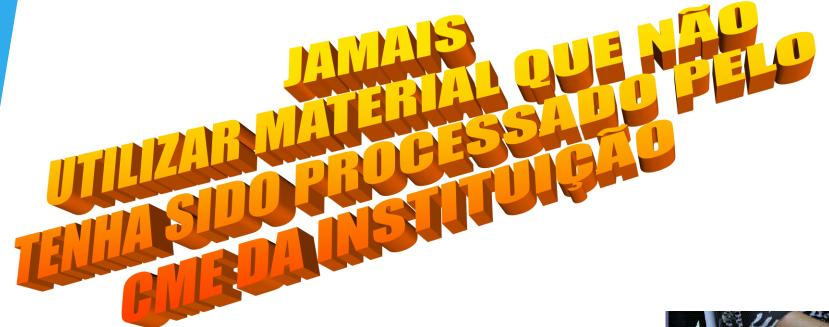
Different Control of the Control of



## ATUAR NO CME EXIGE CAPACITAÇÃO INICIAL E PERMANENTE!



- Art. 29 Os profissionais da CME e da empresa processadora devem receber capacitação específica e periódica nos seguintes temas:
- I classificação de produtos para saúde;
- II conceitos básicos de microbiologia;
- III transporte dos produtos contaminados;
- IV processo de limpeza, desinfecção, preparo, inspeção, acondicionamento, embalagens, esterilização, funcionamento dos equipamentos existentes;
- V monitoramento de processos por indicadores químicos, biológicos e físicos;
- VI rastreabilidade, armazenamento e distribuição dos produtos para saúde;
- VII manutenção da esterilidade do produto.

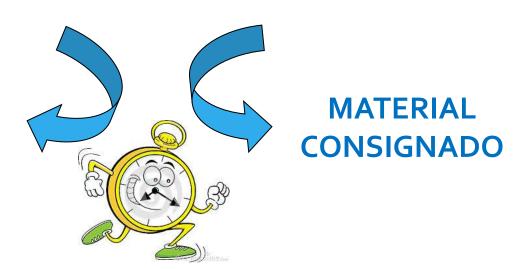




#### Alerta da RDC ANVISA 15/2012

 Art. 22 Todos os produtos para saúde que não pertençam ao serviço e que necessitem de processamento antes da sua utilização devem obedecer às determinações do CME.

MATERIAL DE PROPRIEDADE DOS USUÁRIOS





#### **COMO limpar?**

Identificar instrumentos impossíveis de serem limpos!





## **EVIDÊNCIA:**

"... contra fatos não há argumentos"



#### ORIGINAL ARTICLE

## Outbreak of *Pseudomonas aeruginosa* Surgical Site Infections after Arthroscopic Procedures: Texas, 2009

Pritish K. Tosh, MD;<sup>1,2,a</sup> Maureen Disbot, MS, RN, CCRN;<sup>3</sup> Jonathan M. Duffy, MD, MPH;<sup>1,2</sup> Marc L. Boom, MD, MBA;<sup>3</sup> Gary Heseltine, MD, MPH;<sup>4</sup> Arjun Srinivasan, MD;<sup>2</sup> Carolyn V. Gould, MD, MSCR;<sup>2</sup> Sandra I. Berríos-Torres, MD<sup>2</sup>

SETTING. Seven organ/space surgical site infections (SSIs) that occurred after arthroscopic procedures and were due to *Pseudomonas aeruginosa* of indistinguishable pulsed-field gel electrophoresis (PFGE) patterns occurred at hospital X in Texas from April 22, 2009, through May 7, 2009.

OBJECTIVE. To determine the source of the outbreak and prevent future infections.

DESIGN. Infection control observations and a case-control study.

METHODS. Laboratory records were reviewed for case finding. A case-control study was conducted. A case patient was defined as someone who underwent knee or shoulder arthroscopy at hospital X during the outbreak period and subsequently developed organ/space SSI due to *P. aeruginosa*. Cultures of environmental and surgical equipment samples were performed, and selected isolates were analyzed by PFGE. Surgical instrument reprocessing practices were reviewed, and surgical instrument lumens were inspected with a borescope after reprocessing to assess cleanliness.

RESULTS. The case-control study did not identify any significant patient-related or operator-related risk factors. *P. aeruginosa* grew from 62 of 388 environmental samples. An isolate from the gross decontamination sink had a PFGE pattern that was indistinguishable from that of the case patient isolates. All surgical instrument cultures showed no growth. Endoscopic evaluation of reprocessed arthroscopic equipment revealed retained tissue in the lumen of both the inflow/outflow cannulae and arthroscopic shaver handpiece. No additional cases occurred after changes in instrument reprocessing protocols were implemented. After this outbreak, the US Food and Drug Administration released a safety alert about the concern regarding retained tissue within arthroscopic shavers.

CONCLUSIONS. These SSIs were likely related to surgical instrument contamination with *P. aeruginosa* during instrument reprocessing. Retained tissue in inflow/outflow cannulae and shaver handpieces could have allowed bacteria to survive sterilization procedures.

Infect Control Hosp Epidemiol 2011;32(12):1179-1186



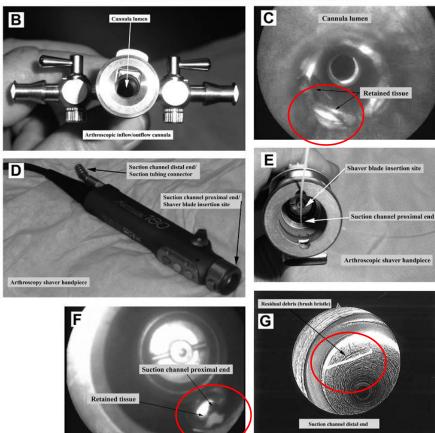
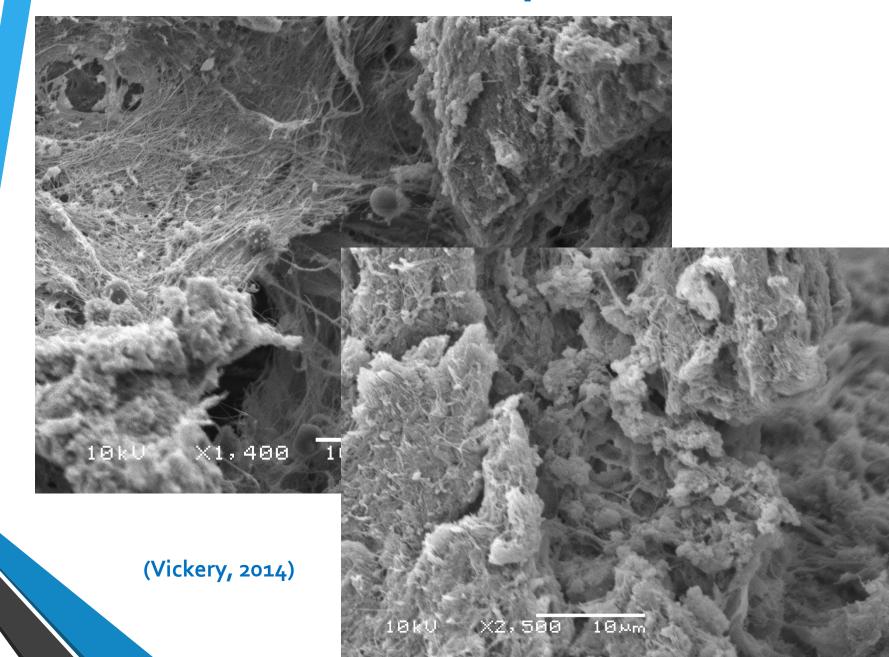


FIGURE 2. Figure 2. Annotated photographs of inflow/outflow cannula and shaver handpiece. A, External view of an inflow/outflow cannula. B, External view of an inflow/outflow cannula lumen. C, Internal view of an inflow/outflow cannula taken using a borescope demonstrating residual bioburden. D, External view of an arthroscopic shaver handpiece showing the shaver blade insertion site and the proximal end of the suction channel. F, Internal view of an arthroscopic shaver handpiece taken using a borescope and demonstrating residual bioburden. G, Internal view of an arthroscopic shaver handpiece distal suction channel taken using a borescope and demonstrating residual debris from a bristled brush used in cleaning. A color version of this figure is in the online edition.



## Parafuso infectado por Biofilme



## COMPONENTES QUE REMOVEM A SUJIDADE COMPENSAÇÕES OBRIGATÓRIAS





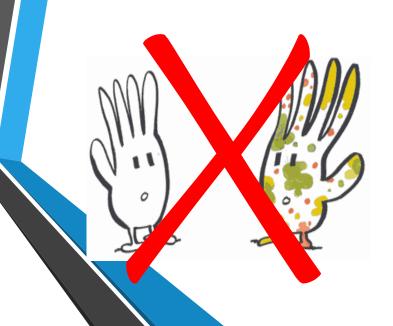




#### **RDC ANVISA 15/2012**

Seção III Art. 4º

I. Barreira técnica: conjunto de medidas comportamentais dos profissionais de saúde visando à prevenção de contaminação cruzada entre o ambiente sujo e o ambiente limpo, na ausência de barreiras físicas. ESPECIALMENTE APLICÁVEL A CME CLASSE I.







# Missão da CME: fornecer produtos para saúde passíveis de processamento: SEGUROS!

Garantir que os parâmetros pré-estabelecidos para o processamento (materiais seguramente limpos, desinfetados/esterilizados, livres de biofilmes, endotoxinas, proteínas priônicas e outros pirógenos e substâncias tóxicas utilizadas no processamento)

foram atingidos e que são reproduzíveis, conferindo segurança na prática utilizada.

XVIII - produtos para saúde passíveis de processamento:

produto para saúde fabricado a partir de matérias primas e conformação estrutural, que permitem repetidos processos de limpeza, preparo e desinfecção ou esterilização, até que percam a sua eficácia e funcionalidade; RMUU APÓS CRITERIOSA ANÁLISE!

XXI - processamento de produto para saúde: conjunto de ações relacionadas à pré-limpeza, recepção, limpeza, secagem, avaliação da integridade e da funcionalidade, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição para as unidades consumidoras;

Art. 9º O CME e as empresas processadoras só podem processar produtos para saúde destinadas à assistência humana regularizados junto à Anvisa. NÃO ÀS FURADEIRAS, ESPUMA PARA TAPECEIRO, LÂ DE AÇO....







## Classificação dos materiais (Spaulding, 1968)

• CRÍTICO Limpeza + Esterilização (tecido não colonizado - estéril)



• SEMI-CRÍTICO Limpeza + Desinfecção ↑/± nível

(tecido colonizado)









• NÃO CRÍTICO Limpeza (s / mat. orgânica)

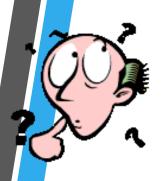
(pele íntegra ou contato indireto)





Art. 21-Parágrafo único. O processamento de produtos para saúde não críticos pode ser realizado em outras unidades do serviço de saúde desde





#### **Polêmica**



## Esterilidade tem prazo?



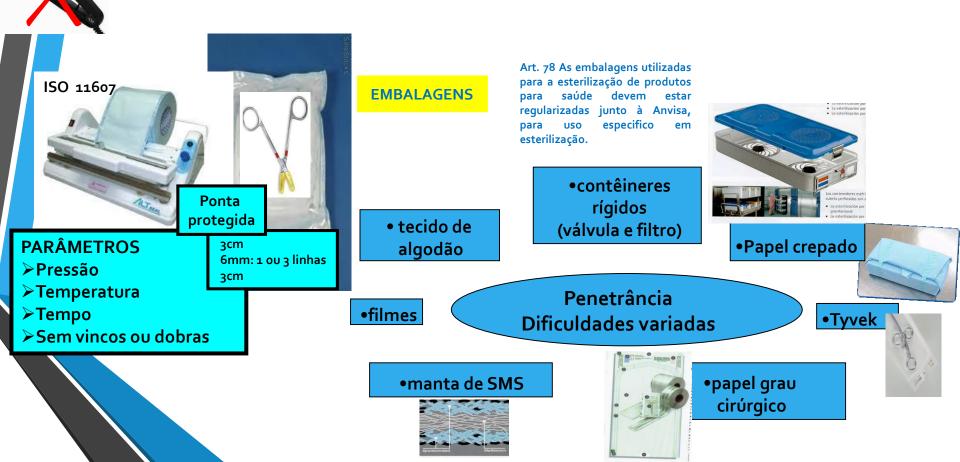






### Evento relacionado

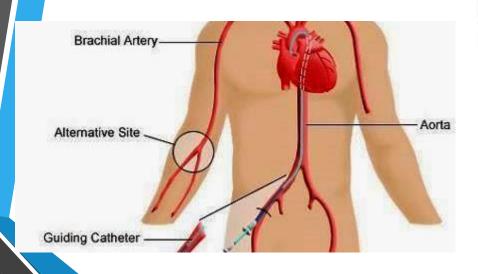
Houve algum evento que colocou em risco a integridade da embalagem (biobarreira) e a hermeticidade da selagem?





#### Estudo de caso... Posicionem-se

Sou Enfermeira de CME e estou com uma dúvida a respeito de uma solicitação do setor de hemodinâmica que esteve em reforma durante 6 meses e me solicita reesterilização de cateteres de angiografia com a data vencida. Os cateteres estavam intactos ainda em caixas de papelão. A solicitante estimou uma perda no valor aproximado de R\$ 300 000,00 caso eu não colaborasse. Gostaria de saber se a senhora pode me ajudar nesta questão.





## NOTA TÉCNICA Nº 01/2013/GEMAT/GGTPS/ANVISA

"O termo re-esterilização deve ser entendido como processo de esterilização de artigos já esterilizados e não utilizados (Portaria Interministerial MS/TEM 482/99). Deve ser utilizado exclusivamente quando há dúvida quanto à segurança do processo ou resultado da esterilização inicial.

Não pode ser utilizado como processo que venha alterar o prazo de validade de um artigo esterilizado e não utilizado no prazo definido pelo fabricante (Lei 6360/76 art. 67 inciso IV)".



#### Estudo de caso

• Sr João, operado de prótese de joelho em 2018, processa um hospital para reparação civil, penal e administrativa devido a ISC profundo, em março de 2019, cujo desfecho foi a remoção do material implantado. A comissão de sindicância interna do hospital investigará o CME. O que fazer?

### RASTREABILIDADE

**RDC ANVISA 15/2012** 

Seção III Art. 4º

XXV - rastreabilidade: capacidade de traçar o histórico do processamento do produto para saúde e da sua utilização por meio de informações previamente registradas. SUBSÍDIO PARA AUDITORIA: DEMONSTRAR DE UMA FORMA DOCUMENTADA, QUE UM DETERMINADO MATERIAL FOI SEGURAMENTE PROCESSADO!









## "Inquérito" auditorial. **REGISTROS**













- Quem lavou/inspecionou a caixa do Sr João? Tinha competência? POP?
- Em qual autoclave foi esterilizada?
- Era autoclave qualificada QI/QO/QD?
- As caixas cirúrgicas fizeram parte do QD?
- Qual foi o resultado/dia do B&D e IB da autoclave?
- O ciclo "correu" sem intercorrências?
- E o liberador da carga do ciclo?













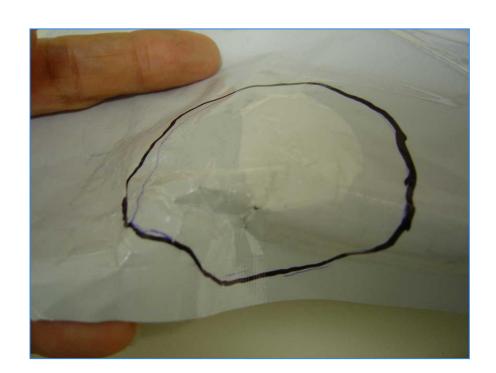






# NÃO PERMITIR EVENTOS RELACIONADOS DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DOS MATERIAIS







#### **ARMAZENAMENTO**



"Todo material processado deve possuir local adequado para armazenagem de forma que não haja risco de recontaminação e que facilite a distribuição."

"O prazo de validade de esterilização está diretamente relacionado à qualidade da embalagem , da selagem , das condições de armazenagem e transporte"







- Trânsito limitado de pessoas, manipulação mínima e cuidadosa;
- Em cestos aramados, sem empilhamento, de forma a facilitar a identificação dos itens;
- A embalagem é capaz de proteger o conteúdo esterilizado em condições de temperatura e umidades altas (Camila Quartim Bruna, 2010 teses.usp.br).



## Métodos de esterilização



TERMORRESISTENTES: autoclavação

Art. 92 Não é permitido o uso de estufas para a esterilização de produtos para saúde.

estufa RDC 15 DE 15/3/2012

#### **TERMOSSENSÍVEIS**

- > AUTOMATIZADOS:
- ► Óxido de etileno
- ► Vapor a baixa temperatura e formaldeído
- ► Gás/Plasma de peróxido de hidrogênio

MANUAL
(aguntes or imicos)
➤ Gluta rideído
➤ Ácir o periocético

> ortoftalde lo

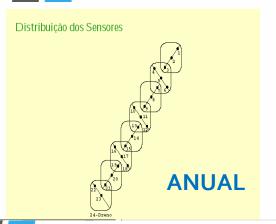
RDC Nº 8 de 27/2/2009

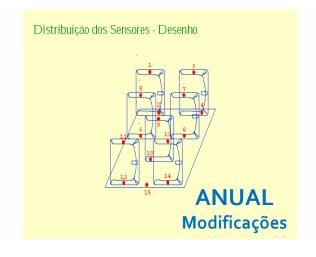




## A AUTOCLAVE OPERA CONFORME PROJETADO EM INSTALAÇÕES ADEQUADAS (QI/QO)?

## TODOS OS MATERIAIS CHEGAM A TEMPERATURA REQUERIDA PARA ESTERILIZAÇÃO AO MESMO TEMPO (QD) ?









Diário







Diário

Cada ciclo

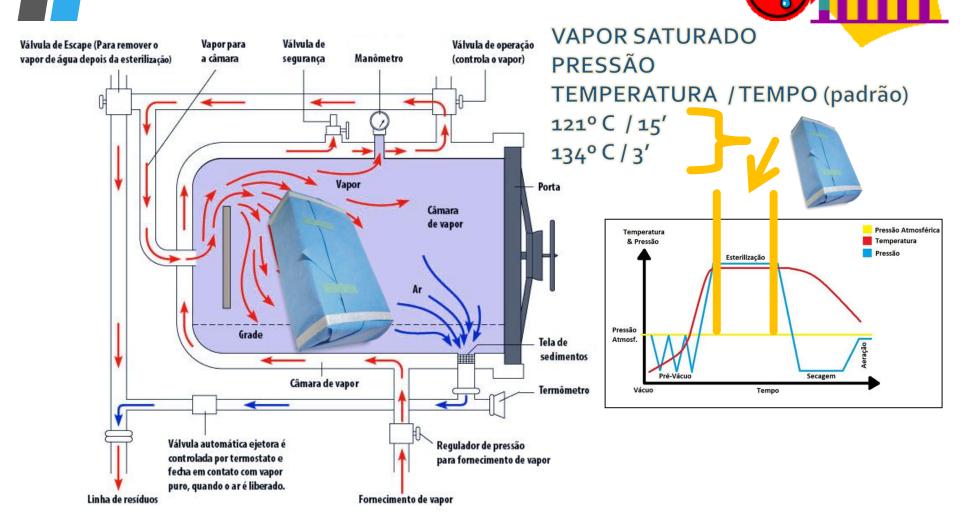


- >qualificação de instalação
- >qualificação de operação
- >qualificação de desempenho





VERDADE ÚNICA: GARANTIA DO ALCANCE DA TEMPERATURA REQUERIDA PARA ESTERILIZAÇÃO EM CADA UNIDADE AUTOCLAVADA (CALOR LATENTE) DECORRENTE DA CONDENSAÇÃO DO VAPOR!

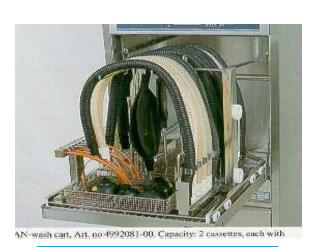




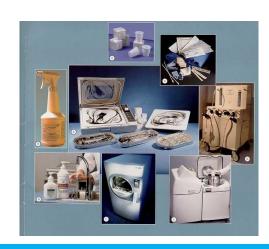


equivalentes em vantagens e desvantagens?







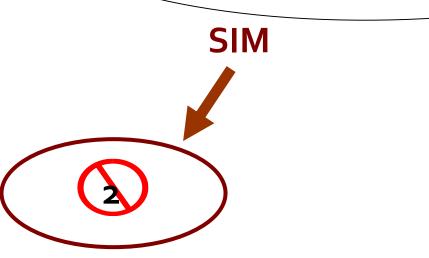


**QUÍMICO AUTOMATIZADO** 



# Fluxo 1 para tomada de decisão sobre reuso\*

O material de uso único é material de implante? Risco de estar contaminado com os prions?





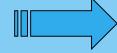
\* Draft Guidance for Industry and FDA Staff Pocessing/Reprocessing Medical Devices in Health Care Settings: Validation Methods and Labeling DRAFT GUIDANCE

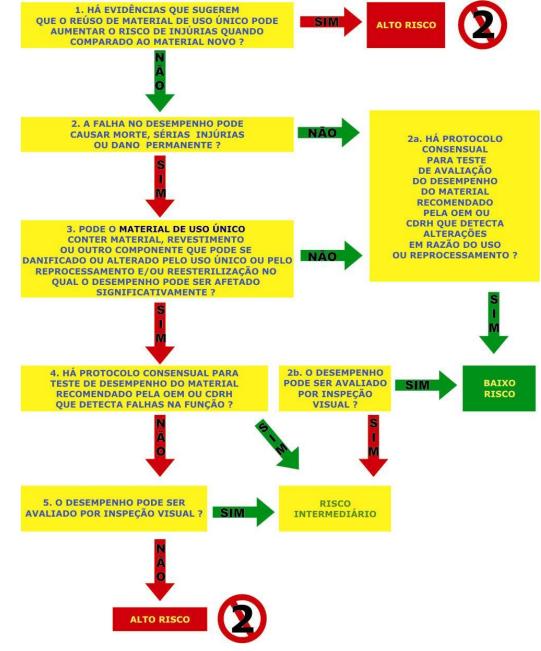
This guidance document is being distributed for comment purposes only. Document issued on: May 2, 2011



# Fluxo 3 para tomada de decisão sobre reúso (funcionalidade)

continuação





OEM = Original Equipament Manufacturers.
CDRH = Center for Devices and Radiological Health

FDA - 2011

#### Clear Medical™

#### REFABRICANTES

- Distributor of Remanufactured Brand Name Surgical Devices
- ClearMedical drives significant cost savings by selling high-volume, disposable, FDA approved laparoscopic, arthroscopic, and general surgical devices at reduced prices.
- ClearMedical collects used Single-Use-Devices (SUDs) from hospitals, reprocesses them consistent with FDA approvals, and sells them to hospitals and surgery centers wanting to reduce supply acquisition costs.
- Our device list includes:
  - Harmonic Scalpels Ethicon ®
  - Trocars Ethicon®, US Surgical® (AutoSuture®)
  - Laparoscopic Instruments Ethicon®, US Surgical® (AutoSuture®)
  - Clip Appliers Ethicon®, US Surgical® (AutoSuture®)
  - Linear Cutters and Staplers Ethicon®
  - Bone Shavers Linvatec®, Smith & Nephew®, Stryker®
- ClearMedical products are remanufactured with FDA approvals, individually tested, and packaged in box level quantities. Hospitals and Surgery Centers purchase these devices, typically at a 30% savings, directly from ClearMedical or through one of our distributors.
- \*ClearMedical is not affiliated with Ethicon Endo-Surgery, US Surgical, ConMed, Smith & Nephew, or Stryker. Ethicon is a registered trademark of Johnson & Johnson. AutoSuture and US Surgical are registered trademarks of Tyco Healthcare Group LP. Linvatec is a registered trademark of ConMed Corporation. Stryker is a registered trademark of Stryker Corporation.





#### **BÁSICAS:**

#### **REFERÊNCIAS**

- 1.Brasil. Ministério da Saúde. Resolução da diretoria colegiada nº 15, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília, 2012.
- 2.GRAZIANO KU, SILVA A, PSALTIKIDIS EM. Enfermagem em Centro de Material e Esterilização. SP, Manole, 2011. 417p
- SOBECC-Diretrizes de Práticas em Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para a Saúde. 7ª edição revisada e ampliada, 2017.

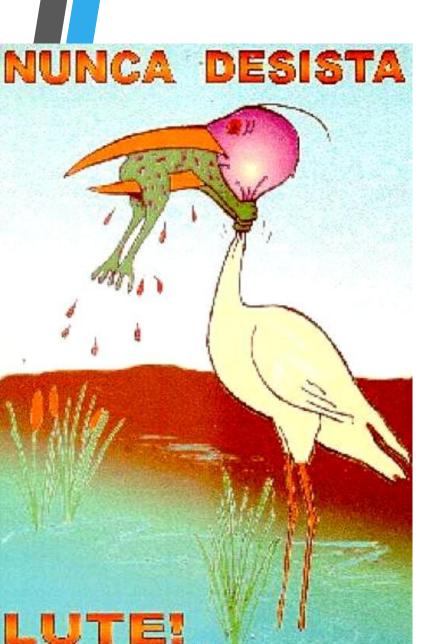
#### **COMPLEMENTARES:**

GRAZIANO, KU Portal teses.usp.br

#### **LEGISLAÇÕES CORRELATAS**

- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 55, de 14 de novembro de 2012. Dispõe sobre os detergentes enzimáticos de uso restrito em estabelecimentos de assistência à saúde com indicação para limpeza de dispositivos médicos e dá outras providências. Brasília, 2012.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 35, de 16 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos com ação antimicrobiana utilizado sem artigos críticos e semicríticos. Diário Oficial da União; República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal, 2010; Seção 1:44-6.
- Brasil. Ministério da Saúde. Resolução da diretoria colegiada nº 156, de 11 de agosto de 2006. Dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos, e dá outras providências. Brasília, 2006.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RE no2605, 11 de agosto de 2006. Apresenta a lista com os produtos que não podem ser reprocessados. Diário Oficial da União, Brasília, 15 fev. 2006.
- Brasil. Ministério da Saúde. Resolução específica colegiada nº 2606, de 11 de agosto de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração, validação e implantação de protocolos de reprocessamento de produtos médicos e dá outras providências. Brasília, 2006.





## Obrigada!



kugrazia@usp.br